

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Fevereiro/2017 (Dados de Dezembro/2016)



Desempenho Fiscal

União registra déficit primário de R\$ 160,3 bilhões em 2016 e cumpre a meta fiscal por uma diferença de R\$ 11,0 bilhões. Mesmo assim, o resultado verificado em 2016 é o maior déficit da série histórica do Banco Central, iniciada em 1991.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO ORIGINAL	LDO ATUAL	
	EM DEZEMBRO	ATÉ DEZEMBRO (A)	META DO ANO	META DO ANO (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
Setor Público Consolidado	-70,7	-155,8	30,6	-163,9	-8,1
União	-64,3	-160,3	24	-170,5	-10,2
Governo Central	-64,2	-159,5	24	-170,5	-11,0
Empresas Estatais Federais	-0,1	-0,8	0	0	0,8
Estados e Municípios	-6,4	4,5	6,6	6,6	2,1

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

O resultado primário da União em 2016 foi deficitário em R\$ 160,3 bilhões. Apenas no mês de dezembro, o déficit foi de R\$ 64,3 bilhões. Com isso, a meta de resultado primário para o ano foi cumprida com folga de R\$ 11,0 bilhões. Contribuíram para o resultado do mês a ampliação dos limites de pagamento com vistas à redução do estoque de restos a pagar, bem como a transferência a estados e municípios relativa à arrecadação de multas referentes à regularização tributária de ativos mantidos no exterior (RERCT).

O déficit verificado em 2016 é o maior déficit da série histórica do Banco Central. Para 2017, as projeções de mercado já sinalizam cenário macroeconômico mais desfavorável que o constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, apontando para déficit de R\$ 148,4 bilhões, contra déficit de R\$ 139,0 bilhões de acordo com a Lei.

No intuito de controlar os gastos públicos, foi promulgada, em 15 de dezembro, a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos. De acordo com o texto, o teto para 2017, primeiro ano de vigência da EC, será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), corrigida em 7,2%, in-

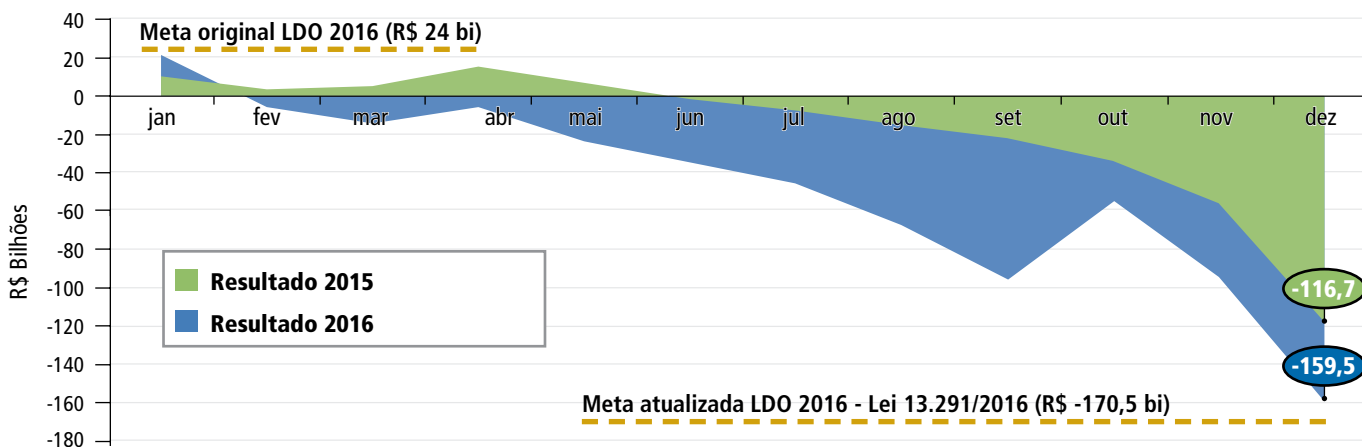
flação prevista para este ano. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O regime vale para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Há, ainda, limites por órgão, como no caso dos limites individualizados para tribunais, Conselho Nacional de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União.

O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



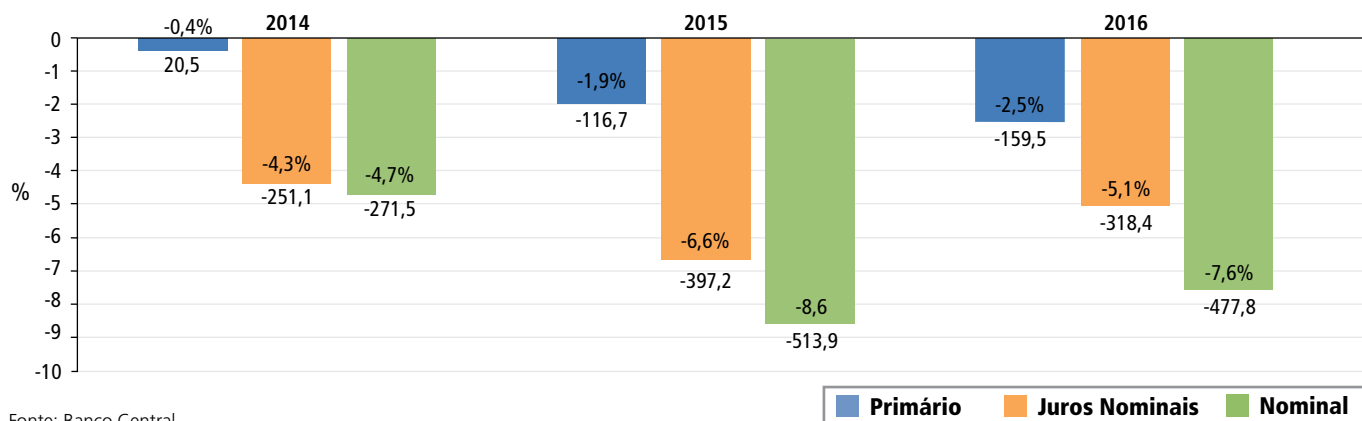
Fonte: Banco Central

Em dezembro de 2016, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais – apresentou déficit primário de R\$ 64,2 bilhões, contra R\$ 60,9 bilhões no mesmo mês de 2015. No ano, o go-

verno central acumulou resultado deficitário de R\$ 159,5 bilhões (2,5% do PIB), contra déficit de R\$ 116,7 bilhões (1,9% do PIB) em 2015.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Dez (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

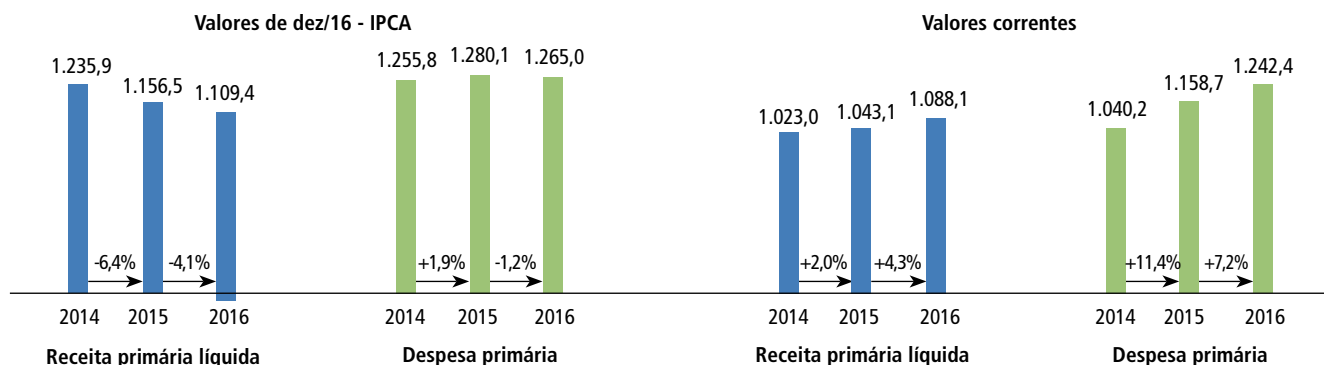
O resultado nominal do governo central em 2016 foi deficitário em R\$ 477,8 bilhões (7,6% do PIB). Em 2015, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 513,9 bilhões (8,6% do PIB).

Os juros nominais, apropriados por competência, alcançaram R\$ 29,4 bilhões em dezembro, comparativamente a R\$ 35,6 bilhões em novembro. Contribuiu para essa redução o resultado favorável nas operações de *swap* cambial no mês (ganho de R\$3,9 bilhões), ante resultado desfavorável no mês anterior (perda de R\$3,9 bilhões). No ano, os juros nominais totalizaram R\$ 318,4 bilhões (5,1% do PIB), comparativamente a R\$ 397,2 bilhões (6,6% do PIB) em 2015.

Em que pesem as últimas reduções das taxas básicas de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, devido principalmente ao crescimento recente do estoque da dívida, mas também ao ainda elevado nível das taxas de juros (com redução para 13,0% a.a. em janeiro de 2017). O relatório de mercado Focus, de 27/01/2017, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 4,7% em 2017, e sinaliza a retomada do controle da inflação, o que, se confirmado durante o exercício, pode provocar novas reduções das taxas básicas de juros e contribuir para reduções nos juros nominais.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Dez (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 4,1% em 2016, relativamente a 2015. A despesa primária também teve redução real – porém menor – de 1,2%, o que evidencia o desequilíbrio por que passa a economia do país.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, tem sido fortemente impactado pela queda da atividade econômica e da massa salarial, tendo-se verificado uma queda real de 1,6% em 2016, comparativamente a 2015.

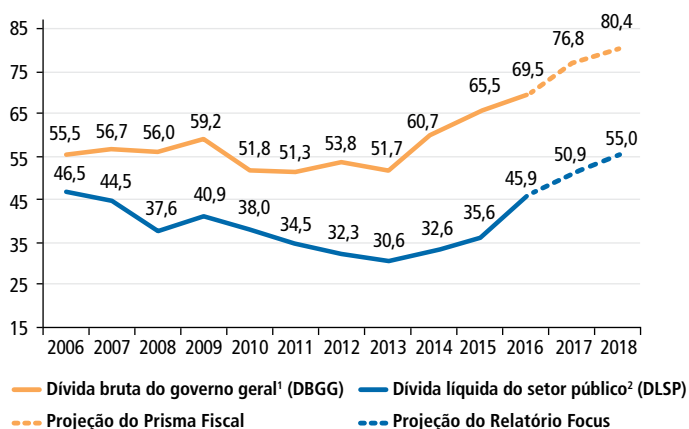
Os tributos que sofreram as maiores quedas no acumulado do ano foram: Cofins (-7,2%), imposto de importação (-25,9%), IPI (-20,0%), além das contribuições para a Previdência Social (-5,9%). Esse desempenho negativo foi

parcialmente compensado principalmente pelo acréscimo de R\$ 14,1 bilhões (57,2%) no recolhimento de outras receitas administradas, influenciado pela arrecadação de R\$ 23,4 bilhões em multas relativas à repatriação de receitas (RERCT); e pela elevação de R\$ 13,9 bilhões (4,2%) no Imposto de Renda.

Pelo lado da despesa, a queda real é explicada pelas reduções de subsídios, subvenções e Proagro em R\$ 33,7 bilhões (-58,3%); do complemento do FGTS (LC nº 110/01) em R\$ 12,6 bilhões (-68,7%); da compensação ao RGPS pela desoneração da folha em R\$ 10,1 bilhões (-35,9%); e da transferência ao Fundo Constitucional do DF em R\$ 6,7 bilhões (-84,8%). Essas diminuições são amenizadas pelas elevações dos benefícios previdenciários em R\$ 34,6 bilhões (7,2%), e das despesas discricionárias totais em R\$ 8,0 bilhões (2,8%).

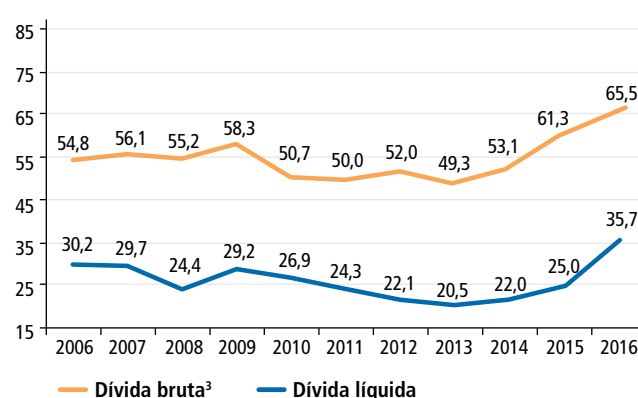
E. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a dez/2016



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal (projeções para a DBGG) e Relatório Focus de 27/01/2017 (projeções para a DLSP). 1. A DBGG abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A DLSP abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei nº 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

Governo Federal - 2006 a dez/2016



A dívida bruta do governo geral cresceu 4,0 p.p. em 2016 e atingiu 69,5% do PIB (R\$ 4,4 trilhões). O acréscimo no

período foi influenciado pela elevação da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional e das operações compromissadas

do Banco Central, que corresponderam, respectivamente, a 46,7% e 16,6% do PIB, em novembro, frente a 43,5% e 15,2% do PIB em dezembro de 2015.

O crescimento recente do endividamento público é consequência da deterioração do resultado primário e da persistência do impacto dos juros no resultado nominal, ainda que, neste último caso, tenha havido melhora em relação ao período de janeiro a dezembro de 2015.

A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de dezembro, deve alcançar 76,8% do PIB ao final de 2017 e 80,4% do PIB em 2018.

A dívida líquida do setor público também manteve trajetória ascendente no ano, com ritmo mais acentuado em

relação ao período de 2013 a 2015, tendo atingido 45,9% do PIB (R\$ 2,9 trilhões). A ampliação de 10,3 p.p. em 2016 é explicada principalmente pelos efeitos dos juros nominais, da valorização cambial de 16,5% no período e do resultado primário.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 4,2 p.p. no ano e alcançou 65,5% do PIB (R\$ 4,1 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 10,7 p.p. no período (ante dezembro de 2015) e chegou a 35,7% do PIB (R\$ 2,2 trilhões). Dessa forma, mesmo com a alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (decorrente da Lei 13.291/2016), o montante da dívida líquida do governo federal encerrou 2016 acima do previsto na lei para o final do exercício (R\$ 1,87 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados

Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal

Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia, Arthur Falcão Freire Kronenberger, Ingo Antonio Luger, Júlia Alves Marinho Rodrigues, Maria Emília Miranda Pureza

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal